



Intencionalidades de mulheres que decidem denunciar situações de violência*

Intentionalities of women who decide to denounce situations of violence

Intencionalidades de mujeres que deciden denunciar situaciones de violencia

Letícia Becker Vieira¹, Stela Maris de Mello Padoin², Ivis Emília de Souza Oliveira³, Cristiane Cardoso de Paula⁴

RESUMO

Objetivo: Aprender os “motivos para” da mulher que realiza a ação de denunciar seu vivido em situação de violência. **Métodos:** Estudo de abordagem qualitativa, fundamentada na fenomenologia social de Alfred Schütz por meio de entrevista com 13 mulheres que denunciaram violência do companheiro em Delegacias de um município do Sul brasileiro. **Resultados:** A ação de denunciar significou para as mulheres entrevistadas acabar com a situação que não aceitam nem aguentam mais. Desejam separar-se do companheiro, ter paz, retomar seus planos e suas vidas. Expressam o desejo de romper com o ciclo de violência. **Considerações finais:** Essas mulheres que denunciaram a situação de violência, sentiram-se livres para expor suas motivações, perspectivas e necessidades assistenciais. Captar suas intencionalidades permite a construção de uma ação profissional para além do aspecto biológico que se propõe a apreender a realidade social e os condicionantes envolvidos nesse fenômeno. **Descritores:** Saúde da mulher; Cuidados de enfermagem; Violência contra a mulher

ABSTRACT

Objective: To understand the “motives for” the woman who performs the action to denounce her living in situations of violence. **Methods:** A study using a qualitative method, based on the social phenomenology of Alfred Schütz, by means of interviews with 13 women who reported partner violence in police stations in a city of Southern Brazil. **Results:** The action to denounce signified, for the women interviewed, ending the situation that she did neither accepted nor wanted any more. They desired to separate themselves from their partners, to have peace, to resume their plans and their lives. They expressed the desire to break the cycle of violence. **Final considerations:** These women who denounced the situation of violence felt free to expose their motivations, perspectives and health care needs. Capturing their intentionalities permits the construction of a professional action beyond the biological aspect that proposes to apprehend the social reality and the conditions involved in this phenomenon.

Keywords: Women’s health; Nursing care; Violence against women

RESUMEN

Objetivo: Aprender los “motivos para” de la mujer que realiza la acción de denunciar su vivencia en situación de violencia. **Métodos:** Estudio de abordaje cualitativo, fundamentado en la fenomenología social de Alfred Schütz por medio de entrevista a 13 mujeres que denunciaron violencia del compañero en Comisarias de un municipio del Sur brasileño. **Resultados:** La acción de denunciar significó para las mujeres entrevistadas acabar con la situación que no aceptan ni aguantan más. Desean separarse del compañero, tener paz, retomar sus planes y sus vidas. Expresan su deseo de romper con el ciclo de violencia. **Consideraciones finales:** Las mujeres que denunciaron la situación de violencia se sintieron libres para exponer sus motivaciones, perspectivas y necesidades asistenciales. Captar sus intencionalidades permite la construcción de una acción profesional más allá del aspecto biológico que se propone a aprender la realidad social y los condicionantes involucrados en ese fenómeno.

Descriptores: Salud de la mujer; Atención de enfermería; Violencia contra la mujer

* Trabalho extraído da dissertação: “Perspectivas de mulheres que denunciam o vivido da violência: cuidado de Enfermagem à luz de Schütz” aprovada pelo Programa de Pós Graduação em Enfermagem da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM – Santa Maria (RS), Brasil. Bolsa CAPES.

¹ Pós-graduanda (Doutorado) da Escola de Enfermagem Anna Nery, Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ - Rio de Janeiro (RJ), Brasil. Bolsista CNPq.

² Doutora em Enfermagem. Professora do Departamento de Enfermagem. Centro de Ciências da Saúde. Universidade Federal de Santa Maria - UFSM Santa Maria (RS), Brasil.

³ Doutora em Enfermagem. Titular de Enfermagem Obstétrica do Departamento de Enfermagem Materno Infantil da Escola de Enfermagem Anna Nery, Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ - Rio de Janeiro (RJ), Brasil.

⁴ Doutora em Enfermagem. Professora do Departamento de Enfermagem. Centro de Ciências da Saúde. Universidade Federal de Santa Maria - UFSM. Santa Maria (RS), Brasil.

INTRODUÇÃO

A violência configura-se como um fenômeno complexo, multicausal que atinge (todos) os grupos sociais, instituições e faixas etárias. Sua complexidade esta relacionada ao entrelaçamento de aspectos socioculturais, psicológicos, comportamentais, relacionais e econômicos. A multicausalidade refere-se ao fato de as ações e atos envolverem a intenção de prejudicar, subtrair, subestimar, subjugar e até mesmo ferir. Envolve também a relação de poder, seja na instância física, econômica, política, social e até mesmo intelectual. Tais aspectos, individualmente ou sobrepostos, implicam diferentes situações de vulnerabilidade das mulheres à violência.

Questionamentos sobre o contexto de desigualdades, como fomento da violência, têm sido percebidos a partir da segunda metade do século XX. Foi quando os direitos humanos e justiça ganharam notoriedade com o resultado de políticas públicas e do trabalho das organizações não governamentais. O Movimento Feminista foi um importante marco impulsionador para discussões, conquistas e enfrentamento da violência contra as mulheres⁽¹⁻³⁾.

O Ministério da Saúde (MS) em 2004, como resultado dos avanços nas discussões da problemática abordada, elaborou a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher. Esta incorpora a perspectiva de gênero, a integralidade e a promoção da saúde nas ações de enfrentamento da violência⁽⁴⁾. Na esteira de conquistas políticas, o País adotou um instrumento legal para prevenção da violência e proteção da mulher, a Lei nº 11.340/2006, denominada Maria da Penha; que representa importante marco de efetivação da política para as mulheres⁽⁵⁾. Amplia o acesso à justiça e reduz a impunidade. Para tanto, perpassa pela divulgação e disseminação da necessidade de mudança cultural, para que aconteça a erradicação da violência contra as mulheres.

Pesquisa desenvolvida em todas as regiões do Brasil, com uma população de 2.002 mulheres, na faixa etária de 16 anos ou mais, apontou as razões que levam as mulheres a não denunciarem o companheiro e seguirem com o relacionamento. Evidenciou-se neste estudo que 24% das mulheres ouvidas atribuem à falta de condições econômicas para viver sem o companheiro; 23% ressaltam a preocupação com os filhos. O terceiro motivo, chama a atenção pela gravidade, 17% das entrevistadas acreditam que as mulheres não abandonam o agressor com medo de serem mortas⁽⁶⁾.

Assim, a temática assume importância não só epidemiológica como também social, visto que traz à tona a questão da violência no campo das relações⁽⁷⁾. E, ainda, atinge de forma significativa a qualidade de vida e a saúde das pessoas envolvidas. Nesse sentido, a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, de 2008, tem por finalidade estabelecer ações, com base no

conceito de enfrentamento e de rede de atendimento, por meio da intersetorialidade⁽⁸⁾.

Dessa forma, para a implementação das políticas públicas, os profissionais de saúde, em especial, da enfermagem devem construir espaços de interlocução com vistas à transformação social, ampliando assim sua compreensão sobre a complexidade da violência.

Para que as práticas profissionais em saúde e em Enfermagem possam ser instrumentos que contribuam para a emancipação social feminina, deve-se fomentar o desenvolvimento de relações sociais igualitárias e o reconhecimento das diferenças⁽⁹⁾. Denota-se a possibilidade de um cuidado de saúde que considere o processo saúde-doença, como dinâmico e relacionado às significações dos fenômenos. Inclui-se ainda a necessidade de transformação dos valores e costumes hegemonicamente defendidos e aceitos, mediada por uma atitude de desnaturalização.

Assim, ao reconhecer não só o processo que envolve a violência e a possibilidade de denúncia da situação vivida, como também a procura dos serviços de apoio e de saúde, considera-se o vivido da mulher. Nesse sentido, buscou-se responder à **questão de pesquisa**: quais os “motivos para” da mulher que realiza a ação de denunciar o seu vivido em situação de violência?

Desse modo, a mulher, ao vivenciar o processo de denúncia da violência em sua ação intencional, tem “motivos para” agir. Compreender e interpretar a ação humana só se torna possível ao revelar seus “motivos para”, ou melhor, as suas motivações⁽¹⁰⁾. Assim, o objeto de estudo foi o significado atribuído pela mulher à ação de denunciar seu vivido em situação de violência, ancorado em uma dimensão subjetiva e social do fenômeno. O objetivo deste trabalho foi apreender os “motivos para” da mulher que realiza a ação de denunciar o seu vivido em situação de violência.

Ao vislumbrar os serviços de saúde como parte de uma rede de apoio, e os profissionais de saúde e de enfermagem como corresponsáveis no processo de enfrentamento, o presente estudo visa propiciar subsídios para atuação do profissional de enfermagem para aproximar-se de seu contexto vivencial, e criar possibilidades de promover espaços de diálogo, de escuta diante de relações mais familiares e menos anônimas.

MÉTODOS

O estudo constituiu-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, fundamentada na Fenomenologia Social de Alfred Schütz⁽¹⁰⁾.

As participantes foram 13 mulheres que denunciaram a violência do companheiro em um órgão especializado no atendimento às vítimas de violência. Foram entrevistadas participantes com idade entre 18 a 59 anos, e que realizaram o registro da violência na Delegacia de

Polícia para a Mulher (DPPM) e Delegacia de Pronto - Atendimento (DPPA) de um município do interior do Rio Grande do Sul (RS), Brasil. As entrevistas foram desenvolvidas nas referidas delegacias, em sala disponibilizada pelo serviço a fim de garantir a privacidade. A seleção das mulheres deu-se de forma aleatória, mediante sua aceitação e disponibilidade em participar da pesquisa após a denúncia.

A coleta dos dados ocorreu entre março e abril de 2010, por meio de entrevistas com tempo médio de 22 minutos, tendo por diretriz um roteiro que contemplava a situação bibliográfica do instrumento com a questão orientadora: o que você tem em vista, quando realiza a denúncia da violência? A entrevista fenomenológica oportunizou o relato de suas vivências no que se referiu ao tema da questão, desvelando o significado de sua ação. Para Schütz a pessoa explicita seu “motivo para”, sua intencionalidade por meio da comunicação⁽¹¹⁾.

O número de participantes não foi predeterminado, a etapa de campo foi desenvolvida concomitante à análise. No entanto, mostrou o quantitativo de entrevistas necessário para responder ao objetivo do estudo. Dessa forma, finalizou-se essa etapa, diante da suficiência de significados expressos nas falas⁽¹²⁾.

Para a análise, foram desenvolvidos os seguintes passos descritos por estudiosos da Fenomenologia Social⁽¹³⁻¹⁵⁾: escuta do conteúdo gravado das entrevistas; transcrição; leitura do texto na íntegra; agrupamento das falas por afinidade (ideias comuns); captação dos “motivos para”, por meio de recortes das falas que respondiam à pergunta de pesquisa; releitura do texto na íntegra, a fim de confirmar que essas ideias (categorias concretas do vivido) expressavam os “motivos para” a ação de denunciar; identificação das relações das categorias entre si, chegando ao típico da ação. Assim representou a essência, o que é comum a esse grupo social, como uma característica típica de um grupo que vivencia determinada situação⁽¹⁶⁾. A interpretação dos resultados fundamentou-se nas concepções teóricas da Fenomenologia Social de Alfred Schütz⁽¹⁰⁾.

O projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Santa Maria sob o número do processo 23081.015518/2009-66. As participantes assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido que garantia o sigilo e o anonimato, conforme a Resolução nº196/96 do Conselho Nacional de Saúde, que trata da ética em pesquisa com seres humanos. As falas das mulheres foram identificadas com nomes fictícios de flores escolhidas pelas mesmas.

RESULTADOS

A idade das mulheres entrevistadas foi entre 18 e 49 anos. O número de filhos variou de um a oito filhos, com

uma média de 2,38 filhos. Quanto à situação civil, quatro declararam ser casada e nove moravam com o companheiro. Dez referiram trabalhar, dois não trabalhar e uma dona de casa. A escolaridade apontou oito mulheres com primeiro grau incompleto, três com ensino superior incompleto, uma com o segundo grau incompleto e uma com ensino superior completo. Na situação bibliográfica, com relação à violência, relataram ter realizado entre uma a cinco denúncias do companheiro.

A análise possibilitou a construção de três categorias, que emergiram do concreto vivido das mulheres que denunciam o vivido da violência, permitindo apreender suas intencionalidades:

- acabar com a situação que ela não aceita e não aguenta mais

As mulheres têm em vista acabar com a situação, expressam a relação com o companheiro como insuportável, sem convívio, um incômodo e que já não tem mais volta. O companheiro com quem se relaciona faz uso de álcool, drogas, é ciumento e comete traições. Esse contexto leva a mulher a não desejar mais compartilhar o mesmo tempo e espaço na relação social com seu companheiro.

[...] Não dá! Tá demais, tá demais a situação... Assim não dá! Eu vou ser bem sincera, eu aceitava, agora eu não aceito mais. (Copo de leite)

[...] Foi um inferno toda a minha gestação! Depois da minha gravidez continuou sendo um inferno e só foi piorando. Ficando cada dia mais agressivo. Mais violento, foi mostrando cada vez mais aquele lado ruim dele [...] Eu já não tava mais aguentando, agressivo, cada dia mais agressivo. (Rosa).

- desejar paz e retomar seus planos e sua vida

A intencionalidade da denúncia da violência cometida por seus companheiros está centrada no desejo de ter paz e retomar sua vida e seus planos como: estudar, ter o direito de trabalhar, de dormir, de relacionar-se com amigos e familiares, de escolher roupas, de seguir a sua vida e coordená-la.

[...] não respeita o meu emprego, porque eu tenho direito de trabalhar, eu tenho direito de dormir! Eu tenho direito de tá em paz, sabe? Nem isso não tenho mais, paz! Então, não tem fundamento eu não poder descansar, toma um banho, dormir descansada, sair! Eu quero paz! (Rosa)

Eu espero melhorar de vida, ele assim me deixar em paz, ele viver a vida dele. Daí eu quero fazer isso pra ver se ele siga a vida dele, pra mim seguir a minha. (Orquídea)

- separar do companheiro

Expressam a intenção de separar-se do companheiro, tendo como expectativa o afastamento deste do lar, que ele cumpra seu papel de pai com o/a(s) filho/a(s).

Espero que seja amenizada a nossa situação, porque conviver com ele não quero mais! Quero que as coisas se resolvem! Que

resolva um pra cada lado! Eu vivendo a minha vida com minha filha, e ele longe [...] Eu só quero que a gente se separe! (Lisianthus)

Eu quero me separar dele! Se a nossa vida não foi boa até agora, não vai adiantar, eu continuar com ele! (Tulipa)

DISCUSSÃO

A intencionalidade das mulheres ao denunciarem o vivido da violência estava apoiada na possibilidade de acabar com a situação relacional estabelecida com o companheiro que “não aceita nem aguenta mais”. Tal motivo expressa a recusa de uma relação que considera insuportável, que representa para si um incômodo e, nesse momento, sem possibilidade de retomar a relação conjugal. Nesse sentido, o mundo social onde o homem nasce e tem que achar seu caminho é por ele vivenciado, como uma rede fina de relacionamentos sociais⁽¹⁰⁾. As mulheres expõem a impossibilidade de sustentar essa relação social estabelecida com o companheiro.

Ao descreverem a relação com o companheiro, demarcam um bom relacionamento no início, mas, que com o tempo algumas ações do companheiro tornaram o convívio social dificultado, exemplificaram o uso de drogas e álcool, os ciúmes e as relações extraconjugais dos mesmos. Citam, ainda, as agressões físicas, verbais, psicológicas, relações sexuais forçadas e ameaças de morte.

A situação de violência gera nas mulheres medo, sofrimento, submissão e, por vezes, permeia o desejo de acabar com sua própria vida. Revelam também que o amor pelo companheiro acaba, e vem o desgosto, não há mais diálogo, lembrando constantemente da situação vivenciada de violência em sua vida.

Ao analisar esta relação social das mulheres em situação de violência, verificou-se que, viver é conviver e compreender que o mundo não é apenas possuir um organismo biológico, estruturas neurofisiológicas e químicas. Mas, compreender que, na vivência humana, existem outros aspectos como: relacionamentos humanos, compartilhamento de ideias, de emoções e sentimentos⁽¹¹⁾. Estes levam as mulheres a denunciarem o vivido da violência na expectativa de acabar com a situação que elas não aceitam nem aguentam mais.

Ao revelar sua motivação em denunciar, a mulher demonstrou que estabelece um afastamento que significa uma relação de anonimato com seu companheiro. O mundo da vida é experimentado, por nós, conforme o grau de familiaridade e de anonimato. A relação de familiaridade é vivida sob a forma do ‘nós’ e permite a apreensão do outro, como único em sua individualidade. De modo que quanto mais anônima for a relação, mais afastadas estarão a unicidade e a individualidade de meu semelhante e pouquíssimos aspectos serão considerados, como relevantes no problema que desejo tratar ou resolver⁽¹⁰⁾. Nesse sentido, a relação de anonimato da mulher e

seu companheiro é estabelecida, visto que já não há com este uma relação de familiaridade, sob a forma de nós.

As mulheres expressam que a ação de denunciar o companheiro pela agressão perpassa pela decisão de romper com costumes e hábitos que não aceita mais e que lhe causam sofrimento. Os significados atribuídos ao mundo emergem da experiência cotidiana, como pressupostos que fazem parte da herança sociocultural transmitida aos membros de um grupo interno em um processo educacional, aceitos sem julgamentos, funcionando como código de interpretação e orientação⁽¹⁰⁾. Assim, ao interpretar o mundo do senso comum, apreende-se que durante séculos a violência contra as mulheres reduziu-se à intimidade do lar. Esta situação ainda é uma forma de autoridade com domínio pleno e absoluto do homem, aceita e legitimada pela sociedade, de tal modo que se configura como uma atitude naturalizada⁽¹⁰⁾.

As mulheres deste estudo com base em suas experiências cotidianas de violência, passam então a questionar o conhecimento do senso comum, que tipifica padrões culturais de grupos, como produto da sociedade e que todos aceitam como ponto pacífico⁽¹⁰⁾. Assumem uma postura de quebra com a fórmula típica de perceber o relacionamento com o companheiro, rompendo essa atitude natural. Passam, então, a planejar a denúncia da violência apoiada na consciência de si, como um motivo pragmático com relação ao mundo, constituindo uma forma de lidar com as imposições de costumes e leis.

A atitude natural é uma postura que reconhece os fatos objetivos, as condições para as ações, de acordo com os objetos à volta, à vontade e as interações de outros com que se tem de cooperar ou lidar e as imposições de leis. Essa postura é, essencialmente, pragmática, acima de tudo utilitária e, supostamente, realista⁽¹⁰⁾. Assim, ao planejar acabar com a situação de violência, rompe com a atitude natural e realiza a denúncia desse vivido. Apreende-se que a ação depende de maiores esforços de reflexão, e ela é resultante de um conhecimento recebido e pré-reflexivo. De modo que a atitude natural opõe-se à reflexão e à redução transcendental⁽¹¹⁾.

Em sua ação intencional de denunciar a violência, a mulher tem como expectativa **o desejo de ter paz e retomar seus planos e sua vida**. Deixa em evidência o motivo para da ação, que é a intenção de realizar um projeto com o objetivo de atingir uma meta⁽¹⁰⁾. Estas expõem a necessidade de seguir suas vidas, de poder gozar sua liberdade, ficar livre da relação e das proibições impostas pelo companheiro, buscando e desejando a paz para sua vida no cenário de seu mundo da vida cotidiana.

Uma das formas de superar os problemas da intersubjetividade é por meio do intercâmbio de pontos de vista. Para isso, faz-se necessário reconhecer que cada sujeito ocupa determinado lugar na sociedade. Nesse sentido, a idealiza-

ção de acordos ou a realização de congruência dos sistemas de relações busca resgatar o caráter intersubjetivo⁽¹⁰⁾.

Apreendeu-se que na relação intersubjetiva com o companheiro há carência de intercâmbios de pontos de vista. As mulheres expressaram que possuem o direito de trabalhar, de alimentar-se, de dormir e descansar e se relacionar com familiares, amigos, vizinhos. E, ainda, o direito de viver e gozar de sua liberdade, das quais, por muitas vezes, são privadas, pela ameaça do companheiro. Revelaram a necessidade de o companheiro respeitá-las em suas escolhas. Afirmaram a necessidade de: resgatar seus planos; retomar e frequentar a religião, os estudos e o relacionamento com sua família e deixar de ser submissa.

Outro apontamento expresso pelas mulheres refere-se à demarcação do espaço público para o homem, que este joga futebol, frequenta bares à noite, sai para passear e trabalhar. E à mulher, delega-se o espaço do lar, o privado, o cuidado da casa e dos filhos, provendo ao companheiro comida e conforto. Situados em um mesmo ambiente circundante, os pontos de vista de cada um não são intercambiados. Assim, o homem está situado biograficamente no mundo da vida, nessa situação, expõe o lugar que o homem e a mulher ocupam na sociedade, além dos papéis que desempenham e suas posições⁽¹¹⁾.

Compreende-se que a mulher age em relação à situação da violência, conforme os significados que apreendeu no decorrer de sua existência. As vivências e experiências acumuladas ao longo da vida são denominadas bagagem ou estoque de conhecimentos à mão, que o indivíduo dispõe a partir da herança de seus antecessores e suas próprias vivências que caracterizam a situação biográfica, possibilitando desta forma sua interpretação do mundo⁽¹⁰⁾.

Assim, o estoque de conhecimentos das mulheres revela os papéis ainda desempenhados pelos homens e pelas mulheres na sociedade. O zelo pela imagem de uma família, a responsabilidade pelo lar, a privação de atividades que os homens podem realizar ainda são reforçadas pelos grupos sociais, como designações as mulheres. Reforçando, assim, o caráter social do conhecimento, que ao recebermos certa visão de mundo - conhecimentos em formas aceitas pelos grupos - por meio de nosso país, professores e pessoas mais velhas, estaremos recebendo uma série de tipificações e modos de tipificar. Estas são os costumes e hábitos, maneiras típicas de se comportar, de forma que aprendemos socialmente a desempenhar papéis femininos e masculinos.

A organização do mundo social constitui a realidade social das pessoas que nele vivem. Mundo que não é simplesmente físico, mas sociocultural. De forma que, em toda parte, encontramos hierarquias de superioridade e subordinação, de líder e seguidor, dos que estão no poder e dos que são subjugados⁽¹⁰⁾.

No estudo em tela, no cenário cognitivo do mundo da vida das mulheres, a interpretação social das relações

estabelecidas com seu companheiro é mediada pela hierarquia de superioridade, subordinação e poder, outorgado aos homens por questões históricas, sociais e culturais. A legitimação desse conhecimento em comum tem servido secularmente como uma fórmula típica da sociedade, para perceber o homem como superior nas relações com as mulheres, como uma regra socialmente aprovada.

A tipicidade desempenha um papel importante na compreensão do outro e na interação social⁽¹¹⁾. Percebeu-se que a mulher inserida em seu mundo da vida cotidiana recebe conhecimentos sobre os costumes e hábitos aceitos em seu grupo social; da mesma forma que seu companheiro recebe tais conhecimentos, possuindo uma visão de mundo que lhe foi transmitida e que é aceita pelo grupo. Vislumbra-se que situações de submissão e opressão das mulheres são visões de mundo ainda aceitas nos grupos sociais, tipificando os papéis a serem desempenhados pelas mulheres e homens, refletindo na naturalização das situações de violência contra as mulheres.

O referencial teórico de Schütz permitiu uma compreensão das relações sociais, nos quais seus atores assumem o mundo como pressuposto, enraizado no senso comum, alicerçando a discussão apontada neste estudo. Os costumes dos grupos internos, que são socialmente aceitos, como formas boas e corretas de se confrontar coisas e pessoas. São vistos como pressupostos porque se provaram eficientes até então e, sendo socialmente aceitos e vistos como fatos que dispensam explicação ou justificativa. Dessa forma, esses costumes constituem a herança social que é transmitida às crianças que nascem e crescem dentro do grupo⁽¹⁰⁾.

No conjunto desta categoria concreta do vivido, identificou-se que as mulheres receberam uma herança social, um sistema de costumes, nos quais estabelecem padrões. Mas, essa interpretação do mundo social faz com que elas aceitem situações violentas, desigualdades de escolhas e direitos por serem socialmente aprovadas.

Desse modo, ao planejarem e realizarem a denúncia, as mulheres são respaldadas por uma legislação que coíbe a violência e passam a questionar tal situação, não mais a aceitando, como um pressuposto. Resultando na quebra da relação face a face com o companheiro e expressando o desejo de não mais compartilhar de uma história que vinha sendo construída em comum.

Ao denunciar o vivido da violência, têm em vista a intenção de **separar-se do companheiro**, que este se afaste do lar, que não haja mais convívio diário, que sigam suas vidas separadamente. Revelaram a necessidade do companheiro assumir suas responsabilidades paternas para com os filhos, não se afastando destes.

Compreende-se que a partir do projeto/motivo de separar-se do companheiro, a mulher espera não mais estabelecer uma relação face a face com este nem deseja mais compartilhar um tempo e um espaço comuns⁽¹⁰⁾.

Uma vez que a relação de familiaridade, permeada de confiança, amizade e amor, já não se estabelece, instalando-se o anonimato.

Desse modo, estabeleceu-se o problema a ser solucionado, baseado no pensamento e nos objetivos a serem atingidos nas ações. Assim nosso interesse a mão motiva o pensar, projetar e agir, mediados pelas relevâncias intrínsecas, que são resultados de nossos interesses escolhidos, estabelecidos por nossa decisão espontânea⁽¹⁰⁾. Apreendeu-se neste estudo, que as mulheres, apoiadas em seus interesses à mão, projetam a separação do companheiro, objetivo a ser atingido pela ação de denunciar o vivido da violência, desconstruindo o imaginário do casamento e a relação conjugal. Uma vez que não desejam mais ter uma relação de nós com o companheiro, nem mais há um intercâmbio de pontos de vista, fomentando expectativas com relação ao afastamento do companheiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As relações sociais das mulheres estabelecidas com o companheiro revelaram-se imbricadas nas questões de desigualdades entre homens e mulheres. Esta construção cultural, transmitida pela herança social, reproduz hábitos e costumes de opressão, submissão e hierarquia. Nesse contexto, ser aceito socialmente, justifica e propicia atos de violência.

Ao revelar a expectativa de acabar com a situação de violência que não aceita e não aguenta mais, a mulher expressou seu desejo de romper com este ciclo. Ao olhá-las em sua singularidade e subjetividade, sentiram-se livres para expor sobre suas vidas e relações estabelecidas, mostrando-se como protagonistas de suas histórias.

Nesse sentido, faz-se necessário acreditar que as mulheres podem se tornar sujeitos de sua própria vida e superar as relações de subordinação e opressão que as condicionam a esse tipo de violência. A busca por relações sociais mais igualitárias e respeitadas configura-se, como um mediador de transformações sociais e culturais.

REFERÊNCIAS

1. Andrade CJ, da Fonseca RM. Considerações sobre violência doméstica, gênero e o trabalho das equipes de saúde da família. *Rev Esc Enferm USP*. 2008; 42(3):591-5.
2. Casique LC, Furegato ARF. Violence against women: theoretical reflections. *Rev Latinoam Enferm*. 2006; 14(6):950-6.
3. Gomes NP, Diniz NM. Males unveiling the different forms of conjugal violence. *Acta Paul Enferm*. 2008;21(2):262-7.
4. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Política nacional de atenção integral à saúde da mulher: princípios e diretrizes. Brasília (DF): Ministério da Saúde; 2007.
5. Brasil. Presidência da República. Lei n. 11.340, de 07 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília (DF); 2006 Ago 8.
6. Brasil. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Com todas as mulheres, por todos os seus direitos. Brasília (DF): Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres; 2010. Menos violência: enfrentando a violência contra a mulher; 206p.
7. Diniz NM, Lopes RL, Rodrigues AD, de Freitas DS. Women who were burned by their husbands or partners. *Acta Paul Enferm*. 2007;20(3):321-5.
8. Brasil. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Política nacional de enfrentamento à violência contra a mulher. Brasília (DF): Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres; 2008.
9. Guedes RN, Silva AT, Coelho EA. Violência conjugal:

Desvelou-se o desejo das mulheres de retomarem suas vidas, a fim de viverem em paz, expressando o desejo de exercer sua cidadania e direitos humanos, como o direito à vida, à liberdade, à segurança pessoal, de ser igual com dignidade sem distinção de sexo ou qualquer outra condição. O que nos aguçava a pensar o quanto as mulheres, ainda, precisam lutar para sua emancipação social e serem reconhecidas como cidadãs de direitos.

Tornam-se emergentes a criação/ efetivação de políticas públicas que atuem no sentido de transformar as relações sociais, incorporando a ideia de que os Direitos das Mulheres são Direitos Humanos. Remetendo a uma superação de atitudes naturais, no sentido de questionar esses conhecimentos sociais herdados e reproduzidos, que levam a relações tão desiguais entre homens e mulheres, e que culminam em atos violentos.

Assim, ao captar as intencionalidades das mulheres que denunciam o vivido da violência, procede dizer que a enfermagem, ao desempenhar sua ação profissional junto às mulheres, precisa apreender a sua realidade social e os condicionantes envolvidos no fenômeno, para além do aspecto biológico. Para que os profissionais sejam mais do que meros intervencionistas nas queixas físicas, assumindo a posição de agentes de promoção da saúde e prevenção de agravos, integrando uma rede de serviços.

Ressalta-se também a urgência de estudos que focalizem as necessidades assistenciais das mulheres com base em seu contexto vivencial e relacional, no intuito de desenvolver um cuidado voltado às suas necessidades de saúde. Buscando assim apontar possíveis perspectivas às políticas públicas voltadas às mulheres brasileiras, com enfoque na promoção da saúde, por meio da valorização da dimensão subjetiva e social, com vistas a apreender o vivido concreto, como norteador de ações assistenciais. Deste modo contribuir para um cuidar em enfermagem que fortaleça a emancipação social das mulheres e incentive/apoie o rompimento de atitudes naturalizadas em relação à violência.

- problematizando a opressão das mulheres vitimizadas sob olhar de gênero. *Rev Eletrônica Enferm* [Internet]. 2007 [citado 2011 Jul 20]; 9(2):362-78. Disponível em: <http://www.fen.ufg.br/revista/v9/n2/v9n2a06.htm>
10. Schütz A. Fenomenologia e relações sociais. Rio de Janeiro: Zahar; 1979.
 11. Capalbo C. Metodologia das ciências sociais: a fenomenologia de Alfred Schütz. Londrina(PR): Ed. UEL; 1998.
 12. Boemer MR. A condução de estudos segundo a metodologia de investigação fenomenológica. *Rev Latinoam Enferm*. 1994; 2(1): 83-94.
 13. Lima CA, Tocantins FR. Healthcare needs of the aged: perspectives for nursing. *Rev Bras Enferm*. 2009; 62(3):367-73.
 14. Rossi CS, Rodrigues BM. Típico da ação do profissional de enfermagem quanto ao cuidado familiar da criança hospitalizada. *Acta Paul Enferm*. 2010;23(5):640-5.
 15. Rodrigues BM, Barbosa EC. O típico da ação de enfermagem ao cuidar da criança: uma abordagem metodológica possível. *Rev Enferm UERJ*. 2003;11(3):348-52.
 16. Merighi MA, de Carvalho GM, Suletroni VP. The process of labor and birth: a view from woman who have private healthcare plans in a social phenomenology perspective. *Acta Paul Enferm*. 2007; 20(4):434-40.